

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.592 - ES (2019/0020331-0)

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : FABRICIO DE VASCONCELLOS CUNHA
ADVOGADOS : AMANDA MACÊDO TORRES MOULIN OLMO - ES016088
JARILSON KARLOS FREITAS FERNANDES DE JESUS -
ES016517

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR URBANO. SEGURADO EMPREGADO. ARTS. 59, 42, 11, 26 E 39 DA LEI Nº 8.213/91. PERÍODO DE CARÊNCIA E QUALIDADE DE SEGURADO COMPROVADOS. INCAPACIDADE LABORATIVA PARA A ATIVIDADE HABITUAL. REQUISITOS SOCIAIS E PESSOAIS QUE NÃO PROPICIAM A REABILITAÇÃO PROFISSIONAL LAUDO PERICIAL. VINCULAÇÃO DO MAGISTRADO. DESNECESSIDADE.

I- Nos termos do art. 59 da Lei 8.213/91, o auxílio-doença é devido ao segurado que, tendo cumprido, quando for o caso, o período de carência, ficar incapacitado para o trabalho ou para atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, devendo ser concedido por motivo de incapacidade provisória.

II- Por sua vez, o artigo 42 da Lei nº 8.213/91 prevê que a aposentadoria por invalidez será devida, cumprida a carência exigida, ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa situação.

III- O laudo, apresentado pelo perito judicial, atestou que o autor, incapacitado para o seu trabalho de marceneiro, pode ser reabilitado para desempenhar outras atividades laborativas.

IV- Contudo, o segurado está total e permanentemente incapacitado para o trabalho, sem condições de integrar qualquer processo de reabilitação profissional, pois, para a concessão de aposentadoria por invalidez, devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei nº 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.

V- O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existente outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade do segurado em exercer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela capacidade. Precedente do STJ.

VI- Remessa necessária e apelação do INSS desprovidas.

Nas razões do recurso especial, a autarquia aponta violação os arts. 42, § 1º da Lei 8.213/91.

Relata que o Tribunal *a quo* reconheceu o direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez considerando a inviabilidade de retorno laborativo diante das condições socioeconômicas, ainda que *in casu*, não haja invalidez total e permanente, e sim limitações ao exercícios de determinadas atividades.

Alega, ainda, que para incapacidade parcial é devido o benefício de auxílio-acidente e que questões atinentes à dificuldade sócio-econômica para reabilitação do trabalho são inerentes à assistência social. Portanto o acórdão recorrido criou um benefício híbrido que mescla a assistência social e direito previdenciário negligenciando o dispositivo supra citados.

Em contrarrazões, Fabrício de Vasconcello Cunha argumenta que o benefício de aposentadoria por invalidez é devido, pois preencheu os requisitos e alega ainda, a falta de prequestionamento e intempestividade do recurso especial.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula nº 7 do STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Não assiste razão à autarquia.

A respeito da incapacidade do obreiro, a corte *a quo* consignou, *in verbis* (fls. 205):

É verdade que o laudo de fls. 111/121, apresentado pelo perito judicial, atestou que o autor, incapacitado total e permanentemente para o labor usual, pode ser reabilitado para desempenhar outras atividades laborativas, mesmo sendo portador de ruptura do ligamento cruzado posterior em joelho direito, alterações degenerativas do compartimento medial do joelho direito, lesões osteocondrais localizadas no aspecto posterior do côndilo femoral e platô tibial mediais, alterações discais e hérnia discal da coluna lombar e varizes em membros inferiores.

Todavia o segurado faz jus à aposentadoria por invalidez, pois exerce o trabalho de marceneiro, e, como bem destacou o juízo a quo, "em que pese a pouca idade para fins de aposentadoria, a parte autora é pessoa de baixa instrução e que exerceu o labor de sua especialidade durante grande parte de sua vida, o que revela que, nestas situações, a reinserção no mercado de trabalho seria um passaporte para a informalidade".

Com efeito, para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei nº 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.

No caso presente, deve-se considerar remota a possibilidade do autor qualificar-se para atividade distinta daquela que exerceu ao longo de sua vida laborativa e reinserir-se no mercado de trabalho, haja vista que o mesmo não possui qualificação profissional para iniciar uma nova atividade profissional, ainda mais quando se tem a saúde debilitada.

Da leitura do excerto, verifico que, o Tribunal *a quo*, com base no conjunto fático-probatório, consignou que, *in casu*, pode-se concluir que a parte autora, ora recorrida, está definitivamente incapacitada para a atividade que exercia anteriormente, o que, em conjunto com suas condições pessoais, lhe dá direito ao recebimento do benefício.

Tal entendimento é consoante com jurisprudência desta e. Corte, a qual entende que na análise da concessão de aposentadoria por invalidez, o magistrado, para aferir a incapacidade do segurado, pode levar em consideração aspectos culturais e sócio-econômicos.

Nesse sentido, *in verbis*:

PROCESSUAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACÓRDÃO EMBASADO EM OUTROS ELEMENTOS ALÉM DO LAUDO PERICIAL. POSSIBILIDADE.

1. Na análise da concessão da aposentadoria por invalidez, o magistrado não está adstrito ao laudo pericial, devendo considerar também aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado a fim de aferir-lhe a possibilidade ou não de retorno ao trabalho. A invalidez laborativa não decorre de mero resultado de uma disfunção orgânica, mas da somatória das condições de saúde e pessoais de cada indivíduo. Precedentes. grifo nosso

2. O Tribunal *a quo* admitiu estar comprovado que a ora agravada ficou Superior Tribunal de Justiça incapacitada de modo permanente e definitivo para exercer suas atividades laborativas, não obstante o laudo pericial ter concluído pela incapacidade apenas parcial.

Inteligência da Súmula 83/STJ.

3. A revisão do conjunto conjunto fático-probatório dos autos que levou o Tribunal *a quo* a conclusão acerca da incapacidade laboral do segurado exige análise de provas e fatos, o que inviabiliza a realização de tal procedimento pelo STJ, no recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 196.053/MG, Rel.

Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/09/2012, DJe 04/10/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NÃO VINCULAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. OUTROS ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. INCAPACIDADE DEFINITIVA. CUMPRIMENTO DE REQUISITO LEGAL. SÚMULA Nº

7/STJ.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o magistrado não está adstrito ao laudo, devendo considerar também aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado a fim de aferir-lhe a possibilidade ou não, de retorno ao trabalho, ou de sua inserção no mercado de trabalho, mesmo porque a invalidez laborativa não é meramente o resultado de uma disfunção orgânica, mas uma somatória das condições de saúde e pessoais de cada indivíduo.(grifo nosso)

2. Havendo a Corte regional concluído pela presença das condições necessárias à concessão do benefício, com base em outros elementos constantes dos autos, suficientes à formação de sua convicção, modificar tal entendimento, importaria em desafiar a orientação fixada pela Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 81.329/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 14/02/2012, DJe 01/03/2012)

Desconstituir tais fundamentos esbarraria no óbice constante na Súmula 7/STJ, a qual veda o reexame fático-probatório em sede de recurso especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, I, do RISTJ não conheço o agravo do recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 15 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator